



Anais da Assembleia

Nº 87

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1981

QUINTA FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem nº 54/81

Curitiba, 08 de julho de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio EBTU nº 14/81, celebrado em 25 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de LONDRINA, com a intervenção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços referentes à construção do Terminal de Passageiros da Cidade de Londrina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e con-

sideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Mensagem nº 56/81

Curitiba, 31 de julho de 1981

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios signatários:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Altônia	22/06/81
Alto Paraná	22/06/81
Alto Piquiri	22/06/81
Alvorada do Sul	22/06/81
Amaporã	22/06/81
Apucarana	22/06/81
Araruna	22/06/81
Astorga	22/06/81
Atalaia	22/06/81
Bandeirantes	22/06/81
Barbosa Ferraz	22/06/81
Boa Esperança	22/06/81
Bom Sucesso	22/06/81
Borrazópolis	22/06/81
Cafeara	26/06/81
Califórnia	22/06/81
Campina da Lagoa	22/06/81
Campina da Lagoa	22/06/81
Campo Mourão	22/06/81
Cianorte	22/06/81
Congonhinhas	22/06/81
Cruzeiro do Oeste	22/06/81
Cruzeiro do Sul	22/06/81
Engenheiro Beltrão	03/07/81
Faxinal	22/06/81
Fênix	22/06/81
Floraí	22/06/81
Floresta	22/06/81
Florestópolis	22/06/81
Flórida	22/06/81
Francisco Alves	22/06/81
Goioerê	22/06/81
Grandes Rios	26/06/81
Guairaça	22/06/81
Guairaça	22/06/81
Guaraci	22/06/81
Icaraíma	22/06/81
Iguaraçu	22/06/81
Inajá	22/06/81
Indianópolis	22/06/81
Indianópolis	22/06/81
Iporã	26/06/81
Iretama	22/06/81
Itaguagé	22/06/81
Itambaracá	30/06/81
Itambé	22/06/81
Itaúna do Sul	22/06/81
Ivaiporã	22/06/81

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Ivatuba	22/06/81
Jaguapitã	22/06/81
Jandaia do Sul	22/06/81
Japurá	22/06/81
Jardim Alegre	22/06/81
Jardim Olinda	22/06/81
Jataizinho	22/06/81
Jussara	22/06/81
Kaloré	22/06/81
Leópolis	29/06/81
Loanda	22/06/81
Lobato	22/06/81
Lupionópolis	22/06/81
Mamborê	22/06/81
Mandaguaçu	22/06/81
Mandaguari	22/06/81
Maria Helena	22/06/81
Marialva	22/06/81
Marilândia do Sul	22/06/81
Marilena	22/06/81
Mariluz	22/06/81
Marumbi	22/06/81
Mirador	22/06/81
Miraselva	24/06/81
Munhoz de Mello	22/06/81
Nova Cantu	22/06/81
Nova Esperança	22/06/81
Nova Fátima	22/06/81
Nova Londrina	22/06/81
Ourizona	22/06/81
Paçandu	22/06/81
Paranacity	22/06/81
Paranapoema	22/06/81
Paranavaí	22/06/81
Peabiru	22/06/81
Porto Rico	22/06/81
Presidente Castelo Branco	22/06/81
Primeiro de Maio	22/06/81
Querência do Norte	22/06/81
Quinta do Sol	22/06/81
Rancho Alegre	22/06/81
Rio Bom	22/06/81
Roncador	22/06/81
Rondon	22/06/81
Sabáudia	22/06/81
Santa Amélia	22/06/81
Santa Cecília do Pavão	22/06/81
Santa Cruz do Monte Castelo	22/06/81
Santa Fé	22/06/81
Santa Inês	22/06/81
Santa Mariana	22/06/81
Santo Antônio do Caiuá	22/06/81
Santo Antônio do Caiuá	22/06/81
Santo Inácio	22/06/81
São Carlos do Ivaí	22/06/81
São Jerônimo da Serra	22/06/81
São João do Ivaí	22/06/81
São Jorge do Ivaí	22/06/81
São Jorge do Ivaí	22/06/81
São Pedro do Ivaí	22/06/81
São Sebastião da Amoreira	22/06/81
São Tomé	22/06/81
Sertaneja	22/06/81
Sertanópolis	22/06/81
Tamboara	22/06/81
Tapejara	22/06/81
Tapira	22/06/81

Terra Rica	22/06/81
Terra Roxa	22/06/81
Tuneiras do Oeste	22/06/81
Ubiratã	03/07/81
Uniflor	22/06/81
Uraí	22/06/81
Xambrê	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem nº 57/81.

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de Convênios celebrados em 10 de julho de 1.981, entre o Estado do Paraná e os municípios de JANIÓPOLIS e ROLÂNDIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem nº 58/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de março de 1.981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ASSIS CATEAUBRIAND, objetivando adoção de ação conjunta no sentido da execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — "PROAEROPORTO" no exercício de 1.981.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem nº 59/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de Convênios celebrados em 15 de julho de 1.981, entre o Estado do Paraná e os municípios de DIAMANTE DO NORTE e NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 60/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 02/81, celebrado em 1º de julho de 1.981, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 61/81.

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos:

MUNICÍPIO	NÚMERO E DATA DO CONVÊNIO
Almirante Tamandaré	16/06/81
Araucária	16/06/81
Balsa Nova	16/06/81
Bocaiuva do Sul	10/06/81
Campina Grande do Sul	10/06/81
Campo Largo	11/06/81
Colombo	11/06/81
Contenda	11/06/81
Mandirituba	11/06/81
Quatro Barras	10/06/81
Rio Branco do Sul	10/06/81
São José dos Pinhais	11/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 62/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de Convênios celebrados em 07 de julho de 1.981, entre o Estado do Paraná e os municípios de NOSSA SENHORA

DAS GRAÇAS e SANTO ANTONIO DO PARAISO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 63/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 15 de junho de 1.981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial, visando a realização da "II FEIRA BRASILEIRA DO ARTESANATO".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 64/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Mandaguari	03/06/81
Rio Negro	15/06/81
Uraí	30/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem nº 65/81

Curitiba, 31 de julho de 1.981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 22 de junho de 1.981 a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos Municípios signatários:

MUNICÍPIO	DATA DO CONVÊNIO ADITADO
Centenário do Sul	05/12/80
Colorado	05/12/80

Moreira Salles 05/12/80
Santa Isabel do Ivaí 05/12/80
Terra Roxa 11/11/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Mensagem n.º 66/81

Curitiba, 31 de julho de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo de convênio celebrado em 7 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem n.º 67/81

Curitiba, 31 de julho de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo de convênio celebrado em 1.º de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Produção de Alcool de Cana".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem n.º 68/81

Curitiba, 31 de julho de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio n.º 16/81, celebrado em 23 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério do Trabalho, objetivando promover o artesanato brasileiro, mediante a realização da "II FEIRA BRASILEIRA DO ARTESANATO".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

Mensagem n.º 69/81

Curitiba, 31 de julho de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios, de conformidade com programação para 1981, do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná-PRONOROESTE:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Abatiá	05/06/81
Assis Chateaubriand	05/06/81
Cidade Gaúcha	09/06/81
Doutor Camargo	09/06/81
Formosa do Oeste	05/06/81
Umuarama	05/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RENATO COMANDULI, ocorrido no dia 3 do próximo passado nesta Capital.

Após a aprovação deste se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Doutora Luiza Mercedes Pereira Leão, ocorrido na Cidade de New York, no dia 02 do corrente mês; bem como seja comunicado na pessoa de seu esposo, Sr. José de Almeida Leão, no Banco do Brasil de Londrina.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Augusto Sobrinho, ocorrido no dia 05 próximo passado, na Cidade de Campo Largo.

Requer ainda, após ouvido o Plenário, o mesmo seja dado ciência à família enlutada na pessoa de Dona Martha Falas Augusto.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ilustríssimo Senhor Professor Edson Machado de Souza, Secretário da Educação e Cultura do Estado, solicitando providências no sentido de que seja implantado, ainda para o ano letivo de 1982, CURSO DE SEGUNDO GRAU, na Escola Branca da Mota Fernandes, da Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se em função da densidade demográfica dos bairros Morangueirinha, Jardim Liberdade, Jardim da Glória, Conjuntos Habitacionais "Branca Camargo Vieira" e "Carina", todos localizados nas proximidades da referida Escola e que atualmente, sua população estudantil tem que deslocar-se até o centro da cidade para prosseguimento de sua vida escolar.

Sabendo-se, que os bairros em causa, localizam-se abaixo da Avenida Colombo, que nada mais é que o prosseguimento da Rodovia BR-369, que com grande volume de tráfego, constitui-se em constante perigo para referidos estudantes, justifica-se plenamente tal iniciativa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado, reiterando pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, através da ACAMDOZE - Associação de Câmaras Municipais da Micro-Região Doze.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Reiteramos solicitação vazada nos seguintes itens:

- sejam agilizadas as obras de ampliação da rede de água e de esgoto que a SANEPAR planeja realizar em Campo Mourão;
- junto à Diretoria do BANESTADO, a agilização da instalação de um Posto Especial de Prestação de Serviços, no Distrito de Luiziana;
- interceder junto à Delegacia Regional do Trabalho para que seja instalada em Campo Mourão uma Junta de Conciliação e Julgamento-Justiça do Trabalho;
- criação do Corpo de Bombeiros em Campo Mourão, através de convênio com a Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Anexamos ao presente, fotocópia das presentes reivindicações.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ilustríssimo Senhor Professor Edson Machado de Souza, Secretário da Educação do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que seja implantado, para o ano letivo de 1982, CURSO DE SEGUNDO GRAU, na Escola Olavo Bilac, localizada no Distrito de Sarandí, Município de

Marialva.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação, pelo fato de que o Distrito de Sarandí alcançou nos últimos anos grande explosão demográfica, com seus novos loteamentos, estimando-se hoje em 18.000 (dezoito mil) o número de seus habitantes.

Destaco ainda, que está em tramitação nesta Casa, projeto de lei elevando o Distrito de Sarandí à categoria de município, e sua população estudantil com porte perfeitamente a existência de uma escola de SEGUNDO GRAU Estadual.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando envio de mensagem propondo a abertura de crédito especial, destinado ao pagamento de dívida da Associação de Câmaras Municipais do Paraná, junto à Rádio e Televisão Iguaçu S/A, no valor de Cr\$... 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Anexo a este edital de citação e intimação do auto de arresto ao representante legal da devedora Associação de Câmaras Municipais do Paraná.

Publicado no jornal "O Estado do Paraná" de 06/08/81.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós falávamos ontem desta tribuna, sobre o projeto de abono que o Governo mandou para a Assembléia Legislativa, visando beneficiar os funcionários, com uma remuneração emergente, relativa a reparos, com a defasagem salarial a que estão submetidos.

E os professores do Paraná têm em mãos ofício da lavra do Sr. Governador do Estado, datado do final do ano de 80, pelo qual, o Governo do Estado se comprometeu a pagar aos professores, um piso correspondente a duas vezes o valor do salário-mínimo regional.

Acontece que, provavelmente por um lapso na hora da remessa ou da assinatura da Mensagem ou da confecção dessa Mensagem, o Governo certamente se esqueceu que, o salário-mínimo regional foi reajustado ainda no mês de maio para Cr\$ 8.464,80 e que, em consequência, o vencimento básico do Nível 1 deveria ser reajustado para Cr\$ 16.930,00, a partir do mês de maio, inclusive.

Curiosamente, Sr. Presidente, somando-se duas vezes o valor do salário-mínimo anterior a primeiro de maio, corresponde exatamente a Cr\$ 11.578,00 e, somado aos Cr\$ 5.352,00 o valor que pretende o Governo reajustar a partir de primeiro de outubro, vamos ter a quantia de Cr\$ 16.930,00. Parece que há uma estranha (entre aspas) coincidência! Entretanto, Sr. Presidente, fazemos três pequenos reparos:

1.º) - Cr\$ 16.930,00 correspondem a duas vezes o salário-mínimo vigente em primeiro de maio, data em que o nível do Magistério deveria ser reajustado. O abono teria de incidir sobre esse valor, vale dizer, sobre Cr\$ 11.578,00; 1.º de novembro, virá novamente o reajuste do salário-mínimo e, conseqüentemente, o piso salarial do mês de outubro. Então - vejam bem -

o abono não é vencimento; além do reajuste do vencimento proporcional correspondente ao piso acima a partir de 1.º de maio, o Magistério deveria receber mais quarenta e três por cento em cima desse valor, ou, trinta por cento acima de Cr\$... 12.000,00, para os professores que ganham mais.

Pois bem.

Na busca da verdade e do cumprimento das obrigações formalizadas e assumidas pelo Governador do Estado, estamos propondo uma Emenda já apresentada à Mesa, ontem, para corrigir esta injustiça.

Deixo este apelo e este alerta aos Deputados que sustentam o Governo neste Parlamento!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para falarmos das obrigações dos operários e dos patrões, retomamos as palavras de Leão XIII, de cujos deveres eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário:

Deve fornecer integral e fielmente todo trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme a equidade. Não deve lesar o seu patrão nem nos bens nem na sua pessoa. As suas reivindicações devem ser isentas de violência e nunca revestidas a forma das sedições. Deve fugir dos homens perversos que nos seus discursos artificiais lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas as quais os conduzem estêreis pesares e a ruína das fortunas.

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem.

O trabalho com o corpo pelo testemunho da razão e da filosofia cristã, longe de ser objeto de vergonha, faz honra ao homem porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços. O cristianismo além disso prescreve que se tenha em consideração os interesses espirituais do operário e o bem de sua alma.

Aos patrões compete velar para que isto seja da plena satisfação, que o operário não seja entregue a sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfreqüecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com sua idade ou sexo.

Mas, entre deveres principais do patrão, é necessário colocar em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há inúmeros pontos de vista a considerar. De um modo geral, recordem-se o rico e o patrão que explorar a pobreza e a miséria, ou especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas, tanto pelas leis divinas quanto pelas leis humanas; que cometeriam um crime de clamar ao céu, quem desfraudasse a qualquer pessoa no preço de seus labores.

“EIS QUE O SALÁRIO, QUE TENDES ESTURQUIDO POR FRAUDE AOS VOSSOS OPERÁRIOS CLAMA CONTRA VÓS; E O CLAMOR SUBIU ATÉ OS OUVIDOS DE DEUS DOS EXÉRCITOS — (Tg. 5,4).

Enfim, os ricos devem precaver-se religiosamente de todo ato violento de toda fraude, de toda manobra usuária, que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre e, isto mais ainda, porque é menos apto para defender-se e porque os seus haveres por serem de mínima importância revestem um caráter sagrado.

Este enunciado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio preceder uma denúncia de muita gravidade, uma denúncia de exploração do homem pelo homem, uma denúncia de trabalho escravo, segundo me disseram praticado pelo Senhor ELOIZIO RIBEIRO DE CASTRO—Gerente da Terpa-Lipater—Secção Curitiba -, que mandarin de uma aliança insubordinada abdicou de suas funções mais específicas e se prestou ao deplorável papel de explorar pessoas miseráveis ocupados num trabalho sobretudo degradante.

Em sua demonomância peculiar, como que rezando uma missa negra ou por um passe de magia, ocultou de todos a sua vivacidade e, mostrando-se angélico, desrespeitou os princípios fundamentais da liberdade e de respeito humano e por assim dizer, infringiu um sem número de normas e leis, para depois agenciar um trabalho escravo. Com gestos de muita hostilidade porfiou a exploração do homem pelo homem na tentativa de saciar sua avareza.

Pelo visto a avareza do medíocre é infinita.

Verifiquei “in-loco”, no já propalado no já propalado vazador do lixo municipal, a participação de centenas de homens, mulheres e crianças, todos cervos do avarento, trabalhando na coleta de dejetos recuperáveis, que posteriormente e sob forte imposição, são entregues a um preposto do Senhor ALOIZIO RIBEIRO DE CASTRO, que por sua vez, paga aos catadores exatamente a metade do preço, caso fossem livres para vender a outros compradores, fornecedores também, das indústrias de reaproveitamento de tais objetos, instaladas no eixo metropolitano da Grande Curitiba.

Enfim, toma de assalto o melhor resultado econômico do trabalho de pessoas paupérrimas e, faz ser da China o seu negócio, através dos grilhões que obrigam pessoas famintas a entregar ao seu preposto comprador, por preço aviltante, todo produto recuperável que vier a ser coletado no vazador do lixo municipal.

O JIM JONES da Lipater, em sua pihagem costumeira, vem intimidando as pessoas que se rebelam contrários a sua pirataria. Chantagista e adulterador vem transformando listas de presenças em ABAIXO-ASSINADOS na defesa de sua cleptomania. Ainda na semana passada, negava ao meu assessor a sua participação na comercialização dos dejetos para em seguida, depois de haver autorizado um dos denunciante a vender a quem quisesse os produtos recuperáveis por ele coletados, implantar uma pseudalista de presença dos demais catadores, transformando-a posteriormente, num ABAIXO-ASSINADO dos que lá estiveram, pedindo que o denunciante não mais trabalhasse ou fosse impedido de coletar dejetos no vazador de lixo municipal.

Inconformado com a denúncia, o Chefe dessa malbaratada quadrilha mandou avisar o denunciante, através de recado transmitido por seu filho — (do denunciante) —, que não mais voltasse ao vazador, caso contrário entraria no “cacete”.

Eis aí o nosso AL CAPONE açambarcando com exclusividade a inversão mais rentável dos produtos recuperáveis lançados ao lixo diariamente por todos nós.

Eis aí, o nosso AL CAPONE instalando um monopólio temerário e mafioso de compra e venda de dejetos, que segundo consta dispõe inclusive da proteção da polícia e do faz de conta que não estou vendo, por parte dos altos funcionários municipais ocupados ou desocupados neste setor.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Banco do Estado do Paraná, além de favorecimentos especiais a determinados grupos econômicos e a determinados Deputados, concedendo financiamentos a juros baixíssimos,

agora resolve comprar um jornal.

Temos em mãos fotocópia do jornal "Hoje" de Casca-
vel, com a seguinte manchete: (Lê)

"Dinheiro do nosso Estado para o Jornal de Jucundino Furtado".

"Em 11 de março, estava consignado um crédito de um milhão de cruzeiros, em favor da editora "Hoje Foz, Limitada" responsável pelo jornal "Folha do Oeste", (ex-jornal "Hoje Foz") referente à publicidade de interesse do Governo do Estado do Paraná".

E, traz um ofício da subchefia de Comunicação Social; endereçada ao Sr. Diretor Presidente Jucundino Furtado do Banco do Estado do Paraná: — "atendendo solicitação da parte interessada, comunicação a Vossa Senhoria, que está consignando um crédito na importância de um milhão de cruzeiros em favor da editora "Hoje Foz, Limitada", referente à publicidade de interesse do Governo do Estado do Paraná, com pagamento previsto para dentro de 90 dias.

Cleto de Assis, subchefe de Comunicação Social. E também, o contrato social, onde existe um destaque para os dois sócios de jornal, dois dos sócios: — Jucundino Furtado e Oscar Alves, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social.

O Sr. Jucundino da Silva Furtado, possuindo 135 mil cotas e o Sr. Oscar Alves, 45 mil cotas. Diz o jornal:

"Alguém pode perguntar o que é que o Sr. Jucundino Furtado, Diretor do Banco do Estado do Paraná, tem a ver com a editora "Hoje Foz, Limitada" e as verbas que lhe são destinadas pelo tesouro estadual? Simples. O Sr. Jucundino Furtado, Presidente do Banco do Estado, é também sócio cotista da editora "Hoje Foz" e, portanto, um dos proprietários do jornal "Folha do Oeste".

Agora, o interessante Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é que o jornal foi adquirido por um milhão de cruzeiros, através de publicação de balancetes e de propaganda do BANESTADO. Jucundino comprou com publicações do BANESTADO e pagou um milhão de cruzeiros, a denúncia está na imprensa. O Governador tem o dever moral de vir a público e esclarecer o que houve de fato.

Pode um presidente de banco oficial, comprar um jornal e pagar um milhão de cruzeiros com verbas de um banco público estadual? O Governo deve essa satisfação à opinião pública do Paraná, sob pena de ficar sob suspeição, desde o Governador Ney Braga até o Presidente do BANESTADO Jucundino Furtado e o Secretário de Saúde, Sr. Oscar Alves. Porque a denúncia está estampada no jornal de Cascavel, nobres Deputados e Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação vive de uma série de notícias preocupantes. Na realidade, qualquer cidadão brasileiro que teve a preocupação de analisar o que está ocorrendo nesta Nação, perderá o mínimo de otimismo que possa ter, para acreditar que a atual direção do País, possa levar esta Nação a bom termo.

A Imprensa tem denunciado insistentemente verdadeiros atentados à tradição democrática desta Nação. Ainda ontem, tomava a Nação conhecimento de uma decisão judicial que vem desmerecer o nosso combalido, desacreditado e impotente Poder Judiciário.

Uma decisão de um Juiz da Guanabara, determina que o Inquérito do Rio Centro seja arquivado em parte e em parte o inquérito volte para novas diligências e novas conclusões.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma decisão dessas só pode ser fruto de uma imposição clara do arbítrio que a força consegue obter daqueles que são pusilânimes, fracos e covardes,

como foi aquele Juiz encarregado de apreciar o inquérito do Rio Centro.

Há um princípio processual por demais conhecido em Direito e isto foi consagrado nos nossos Códigos de Processo, o qual seja, a indivisibilidade do processo. Ora, como justificar juridicamente esta decisão de se arquivar parte do inquérito e parte ter continuidade?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aquele inquérito que traumatizou a Nação, desnudou por inteiro, o poder oculto que efetivamente comanda esta Nação, desnudou também o Rei. Porque o Rei, neste episódio Rio Centro chegou a ter até paradoxalmente o próprio apoio da Oposição. E esse rei que não soube efetivamente ser o último e o grande responsável para que se fizesse justiça nesta Nação; assim, se arquiva o inquérito quanto à explosão da bomba dentro do Pumma, onde morreu um militar e ficou mutilado o outro; e se dá continuidade de investigação a outra explosão, ocorrida, imediatamente após, cujas provas, indícios e fatos demonstram ser aquela ação encadeada e resultante de um plano só, o plano terrorista que visava fazer do Rio Centro uma grande ecatombe nacional. O inquérito vai continuar na explosão da bomba ocorrida na estação de força do Rio Centro. Mas é arquivado quanto àquela que causaram-se as vítimas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por falar em inquérito nesta Nação, é de se perguntar qual é a pressa em arquivar esse inquérito; qual é a pressa em se arquivar um inquérito que poderia levar e mostrar à Nação quem está matando; mostrar à Nação quem está torturando.

Mas por que a pressa em arquivar este inquérito? E por que a demora, Sr. Presidente? Agora, por exemplo, nos inquéritos do INPS, até nesta Capital do Estado, onde a própria Previdência Social confessa e denuncia um roubo de milhões de cruzeiros? E este inquérito se arrasta por seis meses, e até hoje os ladrões da Previdência Social não foram punidos e nem denunciados?

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a quem tivesse o mínimo de confiança nos homens que dirigem esta Nação, com estes dois simples episódios, poderia perder até a capacidade de se acreditar, não nas instituições, porque elas estão combalidas, mas nas pessoas que compõem o grupo dos donos do poder.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência a exemplo dos serviços que Vossa Excelência tem prestado, não a este Poder...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Solicito ao Deputado Edilson Alencar que assuma a Segunda Secretaria, porquanto o Deputado Gabriel Manoel tem que se ausentar.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... não a este Poder, mas, ao aperfeiçoamento das instituições, tendo em vista a preocupação constante de Vossa Excelência, pelos temas que debate nesta Tribuna.

Realmente, são poucas as vezes que se pode discutir seriamente os problemas que afligem a população brasileira.

Este movimento, para mim, onomatopaico, que existe em torno desta gama de problemas que existem no País, não é diferente das previsões da própria Oposição como um todo. E a manifestação do Presidente da República, o Chefe do Governo, quando recebeu o apoio de todos os segmentos, oposicionistas, não só dos Partidos em formação, e do próprio PMDB, que é o único Partido já registrado, para que lhe dessem sustentação, e punisse, de uma vez por todos os culpados desses seguidos atentados, explosões, essas intimidações, esses riscos de integridade física que a todo momento vêm ocorrendo no País.

Mas, o Rio Centro não foi diferente, Deputado, da OAB.

E o que se pode fazer é um cotejo de baixas da sociedade civil e da sociedade não civil.

Veja Vossa Excelência: a OAB perdeu uma funcionária, e os organismos de extrema direita, sofreram uma outra baixa. Tanto um como outro inquérito, mas, especificamente, do Rio Centro, recebeu logo o crivo, até da Presidência da República, repelindo o apoio, para apurar os culpados daquele atentado.

Então, certamente já estava assim determinado. A explosão, agora, com o arquivamento, representa, para mim, a explosão da própria justiça.

Se o povo brasileiro tinha alguma dúvida de que a justiça não está funcionando, agora, certamente, terá prova de que a justiça também está submissa, como o Parlamento está submisso às ordens dos Palácios, às ordens do Presidente da República, ou do Governo da República.

E qual é a diferença, pergunto a Vossa Excelência?

Institucionalmente, jurídica, moralmente, qual é a diferença entre arquivar agora, ou depois, se já estava tudo previamente articulado?

E me permita, Deputado, incluir neste seu pronunciamento, que as "reformas" também estão determinadas, para favorecer os homens da situação.

Nesta hora, me perdoem certos homens da situação, a franqueza, porque eu me sentiria envergonhado de não poder fazer alguma coisa, para aperfeiçoar o sistema democrático brasileiro, neste momento de decisão nacional.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e devo-lhe dizer que Vossa Excelência, ao tocar na reforma eleitoral, evidencia o raciocínio que eu vinha fazendo, que há falta de seriedade no comando da Nação.

Veja o papel ridículo, o papel grotesco, que o Presidente João Figueiredo acaba de fazer na reforma eleitoral. Antecipa, perante a Nação, a sua decisão sobre a reforma eleitoral e chega até a surpreender a Oposição, antecipando a sua decisão em quais seriam os pontos da reforma eleitoral. Até o seu próprio Partido é surpreendido, porque se esperava que no fim de agosto viesse a decisão do Palácio e quais os pontos da reforma eleitoral a serem atingidos.

E a Nação ficou surpreendida quando o Governo, imediatamente, se definiu.

Ora, Sr. Deputado, essa foi a grande piada, a grande manipulação com a expectativa da Nação em torno da reforma eleitoral. Na verdade, foi mais um golpe do Palácio do Planalto, na tentativa exclusiva e única de trazer de volta o Governador do Estado, Sr. Alacid Nunes. Daí a jogada de firmar um ponto de vista só da sublegenda e ir pressuroso, no seu jatinho do Ministério do Interior, a grande figura da Nação, Mário Andreazza, para converter o Governador rebelde e trazê-lo de volta...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Já é o segundo Ministro que vai até lá. O primeiro, o Ministro da Justiça, não foi feliz, há uns anos atrás, esteve lá, com toda sua equipe.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... mas, numa manobra tipicamente eleitoreira, de trazer de volta um grande cabo eleitoral para o Governo.

Então, é exatamente essa falta de seriedade, os homens perderam todos os padrões éticos de comportamento. Moral não existe nesta Nação.

Brinca-se, brinca-se mesmo, com coisas sérias. Quando o Presidente jura fazer disto uma democracia, tem-se expectativa de que ele assuma um comportamento democrático. E na verdade, a sua ação prova exatamente o contrário. Porque, na medida em que ele afirma determinadas coisas, a sua ação é no sentido contrário e inverso de não só anular o que ele diz, mas, na prática, desfazer e criar a desconfiança na classe política, que até, em dado momento, chegou a confiar no Presidente, como foi o caso do Rio Centro, quando foi ao Presidente hipotecar sua solidariedade.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, realmente parece que o Presidente da República confunde parque de diversões com democracia.

Na verdade, desde 1964, se instalou a tirania através do Poder Executivo, atrelando, como disfarce democrático, o Poder Judiciário e o Legislativo.

Quero tão somente parabenizar Vossa Excelência pela essência de seu discurso, que coloca que o grande mal está na impunidade, na falta de aplicação da lei.

A impunidade começa desde o menor e vai até o mais alto escalão.

O SR. NILSO SGUAREZI — A impunidade, Deputados, para os que se manifestam favoráveis ao esquema montado. Porque, esses coronéis que estão contrários ao Rio Centro, estão sendo punidos. Inclusive, há um que está cumprindo uma pena de 15 dias, para depois cumprir uma de 30.

Então, a impunidade é para os que estão protegidos para os apaniguados do sistema.

Assim também os padres estrangeiros que são favoráveis ao regime podem se pronunciar em política.

Agora, aqueles que não são, são punidos e expulsos, banidos do País.

Realmente este é o poder de tirania do Executivo.

A impunidade começa desde o mais baixo escalão, nas concordatas fraudulentas, a impunidade do prefeito que põe fogo numa prefeitura para não prestar contas, a impunidade de crimes comuns cometidos a mando de prefeitos, como é o caso de Cascavel, ficam anos e anos jogados nos arquivos e manuseados por aqueles que habilmente sabem jogar com as forças das leis, a impunidade do poder econômico exercido pelas multinacionais, a impunidade como bem disse V. Ex.^a das fraudes, da corrupção que trouxeram a falência ao INPS, que, agora, querem cobrar da classe trabalhadora, aquela que tanto já foi defraudada, que, eles, paguem, por terem deixado impunes, os corruptos, por não terem cobrado daqueles que realmente devem à Nação, os que roubaram, os que lesaram e depositaram na Suíça. E chegamos ao cúmulo da impunidade — a impunidade do terror que Vossa Excelência traz hoje muito bem à lembrança da Casa; desde o PARASAR até à bomba do Rio Centro, não foram punidos aqueles que praticaram o terror em nome do regime, em nome da tirania do Executivo.

Agora, o que nós estranhamos, nobre Deputado, é que, aqueles, enquanto que a Oposição, desde a concordata fraudulenta ao prefeito corrupto, aos crimes comuns a mandos de prefeitos corruptos, à impunidade do poder econômico, quando a Oposição falava e exigia que esses fossem punidos, a Oposição não foi ouvida. E agora, vejamos, durante estes últimos dias, os próprios Parlamentares do PDS reclamando contra o INPS, porque, vai desfavorecê-los politicamente, quando querem cobrar da classe trabalhadora, o que foi roubado antes. Onde é que estavam esses homens quando nós denunciávamos as corrupções? Onde é que estavam esses homens quando nós dizíamos que essa seria a falência do País, exatamente pelo mar de corrupção que estava por aí? Diziam que nós estávamos fazendo demagogia, que não provávamos corrupção alguma — e os jornais estampavam os maiores escândalos do INPS. No entanto, hoje, parece que eles acordaram. Não sei se seguiram o exemplo de Figueiredo, que fez uma operação na vista.

Obrigado, Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Mas devo dizer que, em determinado momento, nesta mesma Casa, representantes do Partido da Situação também denunciaram as irregularidades da Previdência Social. Se não me falha a memória, foi um certo Líder do Partido do Governo que, alto e a bom som nesta Casa denunciava que o INPS era um cabo eleitoral para se conseguir votos, e, um Deputado Federal se elegeu no Paraná, graças à interferência clara, abusiva,

do poder econômico do INPS. Como se pretende agora eleger-se mais dois, que assumem e fazem desta grande máquina que é o INAMPS e o IAPAS, nada mais e nada menos do que verdadeiras máquinas eleitorais? Daí porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as causas da falência do INPS não estão só na incompetência mas muito na corrupção, elas existiram, para sustentar o próprio sistema, elas existiram, para guindar a postos de comando desta Nação, homens que não teriam condições de subir pelo prestígio popular, porque, tecnocratas, oriundos de gabinetes fechados e acarpetados, não sabiam conversar a linguagem do povo, e só, fruto da compra do poder da corrupção eleitoral é que conseguiram se eleger.

Então na verdade, como venho dizendo, é de se perder a esperança nesta Nação, quando um Ministro do Trabalho chega a afirmar que conquistamos a paz social, pela política salarial que o atual Governo vem desenvolvendo.

Sr. Presidente, é a grande ironia desta Nação se afirmar em paz social, quando, na verdade, a fome bate à porta do trabalhador, quando na verdade o homem é enxotado do campo, sem perspectivas, e vem ser favelado na cidade, quando os índices de criminalidade dos crimes contra o patrimônio ascendem às cifras fabulosas, quando, Sr. Presidente, esta paz social é responsável até para retirar presos das prisões, porque elas já estão lotadas, e o descaramento de um homem destes, afirmando que conquistamos a paz social, não tem limites, paz social conseguida na fraude de estatísticas, de dizer-se que a inflação era de doze por cento, quando ela atingia índices bem superiores, e que o povo sentia no estômago, paz social, Senhor Presidente, que a Nação não conhece e que a Nação se angustia de saber qual o caminho que ela vai percorrer nos próximos anos.

Por isso não podemos acreditar nos homens que dirigem esta Nação, porque lhes falta qualquer plano até para sair da crise. Basta analisarmos numa rápida retrospectiva dos 17 anos de poder arbitrário, por exemplo na política econômica deste governo, para ver quais as medidas com que este Governo se utilizou para manter esta Nação.

Se houve um crescimento econômico e não um desenvolvimento, foi porque o Governo se serviu de quatro medidas básicas.

Primeiro: a emissão desordenada de dinheiro e isso denunciava o ex-Ministro da Fazenda, Sr. Otávio Gouvea de Bulhões, no recente programa de televisão, em que mais de um trilhão de cruzeiros se emitiam.

Serviu-se de outras medidas que foram os EMPRÉSTIMOS AO EXTERIOR, empréstimos que vem seguindo há 17 anos para finalidades que não são prioritárias e fundamentais da Nação, como para construir-se estradas, Senhor Presidente, a troco de dólares, e que hoje o mato as come, e a erosão as destrói como a Transamazônica.

Empréstimos de bilhões de dólares para um simples Secretário do Paraná fazer política, dando dólares para os prefeitos municipais como a imprensa de hoje denuncia, para pagar funcionalismo das prefeituras, construir praças, latrinas e mitórios públicos, como se esta Nação pudesse se endividar.

É este Governo que temos, de cima em baixo numa só diretriz. Ou se emite dinheiro ou se faz empréstimo, ou se arrocha o salário do trabalhador, ou se AUMENTAM os impostos. Então dentro da visão tecnocrática deste Governo, ele até é coerente, porque se o INPS hoje tem déficit, a solução, se não se conseguir empréstimo no exterior, e se não der mais para se EMITIR, porque a inflação é muito grande, é aumentar o imposto, coisa que vem sendo feita no correr dos últimos anos, quando o Brasil atingiu um dos maiores índices de máquina fiscal arrecadadora. Até chegou-se a usar um símbolo da arrecadação: o leão.

E nisso o Governo Federal e Estadual vêm na mesma temática: o aumento de imposto é uma constante. No Paraná

se usa, por exemplo, para aumentar o imposto às pautas fictícias e fraudulentas, em que o preço real do produto é um e o preço da pauta para arrecadar o imposto é outro bem elevado.

Então, na realidade estes homens que pintaram e bordaram, hoje para enfrentar a crise não têm uma bandeira, não têm uma legenda, não têm um plano para sair da crise em que estamos, em que nos meteram.

Não existe, não existe a saída: a confusão como sempre foi, tomou conta desta Nação. A impunidade do terrorismo, a reforma eleitoral fraudulenta única e exclusivamente na tentativa de manter os que estão no poder e cada vez mais o arrocho em cima das classes que vivem do trabalho e a proteção às classes que vivem do capital.

Aí estão as estatísticas do lucro bancário, Senhores Deputados, Senhor Presidente, numa Nação em que há fome, em que o estudo está a preço proibitivo. Como se concebe que um Banco tenha um lucro da ordem de mais de 876% numa Nação que se debate numa crise econômica, como possamos admitir que a média do lucro bancário no último semestre, foi da ordem de mais de 400%?

Por isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu não vejo de maneira alguma, a mínima perspectiva deste Governo ganhar as eleições. Se as regras forem regras sérias, mas, como se pode acreditar em seriedade, de quem não é sério. Como fez ontem o Sr. Presidente da República, dizendo que a reforma eleitoral vai ficar nas sublegendas e, dizendo o óbvio, que vai mandar uma Mensagem ao Congresso dizendo que as eleições são no dia 15 de novembro. Até quem não é eleitor nesta terra, sabe que as eleições são em 15 de novembro.

Na realidade, não podemos esperar coisas sérias desta reforma eleitoral, de quem não é sério e o pior, é que homens dignos que individualmente tem até um comportamento correto, mas quando, na condição de integrantes do Partido do Governo, não conseguem fugir a esta verdadeira camisa de força que o sistema montou para que o Partido do Governo, seja um mero carimbador das decisões que vêm do Planalto.

Daí a tristeza, em ver que homens honestos, hão que se curvar acovardados ante um poder que não se estriba na moral, que não se estriba no direito, que não se estriba nas tradições de uma Nação. Em ver que homens dignos são impotentes, quedam-se amesquinhados, sem poderem explicar a seus filhos e à sua família, que são contra determinada coisa mas que não podem se posicionar e votar contra esta coisa. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando a Casa recebe a visita de um poder militar, há aqui na realidade, em nós, políticos e, principalmente, os integrantes do Partido do Governo, que fazem uma autocrítica.

Se os militares estão efetivamente mandando e se os militares obtêm dos poderes da Nação um arquivamento de inquérito tão vergonhoso como o do Rio Centro, culpa é da classe política mas, principalmente, da que tem dado sustentação ao Governo, porque é impotente de contrariar esta sistemática que se instalou na Nação.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência perdeu uma oportunidade de ter dito isto hoje, a quem nos visitou. Porque acho que nós não somos submissos, nós somos um poder independente. Então, tivemos a visita do Comandante do Exército e Vossa Excelência poderia ter feito essa pergunta a ele ao invés de fazê-la a Bancada do Governo. Bancada que com muita honra nós representamos aqui nesta Casa, e que haveremos de voltar com a vitória do nosso candidato ao Governo do Estado para comemorarmos juntos com Vossas Excelências e para darmos esta tranquilidade ao Brasil e ao Paraná.

Agradeço Vossa Excelência pelo aparte mas, acho que a carapuça como diz o Deputado Del Ciel: "para nós não serve".

Agradeço Vossa Excelência pelo aparte mas, acho que a carapuça como diz o Deputado Del Ciel: "Para nós não serve".

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte ao eminente Líder, Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Gostaria tão somente de colocar aqui o complexo dos problemas - da Previdência, a farsa do Rio Centro, a malandragem eleitoral, manuseio dos índices de custo de vida. Isto está muito claro, numa frase do Presidente do PDS, quando no dia 11 de maio de 1981, José Sarney - Senador do Maranhão -falando sobre as bombas do Rio-Centro ele disse: "tudo está apurado e a verdade vai aparecer."

Que piada, que piada, que piada ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, talvez Vossa Excelência tenha me dado o termo ideal para fechar este pronunciamento. Quando falamos de que não se pode mais confiar nos homens que dirigem esta Nação, porque as coisas sérias viram brincadeira, viram piada, na realidade Vossa Excelência fez a síntese da coisa. O Rio-Centro foi a grande piada da Nação. Tão grande que o escritor Dias Gomes usou o inquérito do Rio-Centro para o último episódio do "Bem Amado".

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa consulta o orador que se encontra na tribuna, se continua falando no horário da Liderança do PMDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por mais cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, no horário da Liderança do PMDB, por mais cinco minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Na realidade, o Inquérito do Rio-Centro, foi o tema, o episódio central do último capítulo do "Bem Amado". A sátira que esta Nação envergonhada teve que assistir, como uma coisa tão séria, quando as suas Forças Armadas, quando o seu Exército Nacional é envolvido, e com sutileza e a perspicácia de um escritor que consegue levar para a sátira e desnudar por inteiro o que foi a grande farsa e a grande piada do Rio-Centro. O Sr. Odorico Paraguaçu, talvez assumindo a posição do regente da orquestra nacional, deixou de inaugurar o seu cemitério, como deixou o Presidente Figueiredo, de dar, pela primeira vez à Nação, a demonstração inequívoca de que realmente ele queria fazer uma democracia, porque democracia se presume antes e acima de tudo, responsabilidade. E ele deveria punir os responsáveis.

Ao deixar Odorico Paraguaçu de inaugurar o seu cemitério, porque o empregado morreu afogado no seu azeite, da sua própria fábrica, deixou o Presidente da República de demonstrar inequivocamente a punição. Porque a punição iria atingi-lo diretamente no sistema que lhe dá cobertura nesta Nação.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico preparado como todos os brasileiros que sabem de que a reforma eleitoral não será apenas a sublegenda, porque esse foi o expediente para tentar convencer o Governador do Pará a voltar às hostes da situação.

A reforma eleitoral virá em termos bem mais casufistas do que os mais pessimistas esperavam. E ela virá caracterizando que não é coisa séria, porque os que querem fazer a reforma eleitoral não são sérios. Mas façam a reforma que fizerem, não conseguirão enganar o povo. Podem até ganhar as eleições, mas as dificuldades que enfrentarão será cada vez mais intransponível, porque falta-lhes mensagem, solução e

antes e acima de tudo, lhes falta moral para falarem em uma sociedade cristã e humana, quando não são nem cristãos e nem humanos.

Por isso, Srs. Deputados, esperemos o pior da reforma eleitoral.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, aproveitando a enfática posição, corretíssima posição exposta neste pronunciamento, deixo aqui, da minha parte, um apelo aos homens de Oposição e que querem fazer oposição neste País. Ou juntemos as nossas roupas e lavemos num só baú, ou o Governo deixa o nosso poço sem água e ficaremos só com as roupas sujas.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, concluo. O Governo está tramando e pretende antecipadamente obter a vitória nas eleições. Mas quem está acostumado a não ter soluções para os problemas que precisam solução, se esquece de que nestes anos de amargura, a Oposição soube também quebrar o corpo muitas vezes para se adaptar e resistir. E o Governo não se iluda com uma lei que impede hoje a fusão partidária, porque depende de tribunais; e os tribunais nesta Nação estão mais acovardados e mais amesquinhados do que em qualquer tempo houve nesta República. Mas não se engane o Governo, que a Oposição dispõe de uma coisa muito mais forte que a lei, de uma coisa muito mais abalisada que uma escrita num papel; dispõe da vontade férrea de trazer a democracia a esta Nação. E isto levará os homens de Oposição a refletirem e encontraremos na Oposição e talvez saia daqui do Paraná, o exemplo às Oposições brasileiras, que os homens que estão contra este Governo, o fazem pela grandeza de espírito, porque acreditam nesta terra e porque têm muito idealismo a gastar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilton Friedrich, Líder do PMDB, nos nove minutos restantes.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao falar da Previdência Social, coloca como item de destaque de que, se há terreno no qual se mede o avanço de uma sociedade, é o previdenciário.

Mas, Sr. Presidente, o calote oficial mais uma vez se faz presente.

Ante a insolvência virtual, os imprevidentes governantes buscam impor como providência salvadora, aumentar a contribuição do segurado e, assim, solucionar o caos do INAMPS tupiniquim.

Buscam a desastrada forma simplista do aumento de taxa de contribuição, como tanto se fez nos últimos anos no Brasil, olvidando que injetar recursos no sistema previdenciário, sem modificar sua filosofia, e sem alterar sua estrutura, é colocar dinheiro num saco sem fundos.

Por isso, dizemos, como está no programa do nosso Partido, que nenhuma medida tributária por si resolverá a questão previdenciária. E é uma pena, Sr. Presidente, que o Governo, os homens da situação, os Ministros Delfim e Jair Soares, não tenham ao menos lido o programa do PMDB, quando, rapidamente, analisa a questão da Previdência Social.

Há que se entender também, que o sistema de Previdência Social que sempre foi e será importantíssimo instrumento de distribuição de renda, portanto algo que com acurada nitidez, serve para bem medir o grau de desenvolvimento de uma

Nação.

Mas, por que e como chegamos ao nível falimentar da nossa Previdência Social?

Estas questões nós faremos desta tribuna, a partir de hoje e dos primeiros dias da semana próxima, analisando o porquê, como chegamos a atual situação previdenciária, e que soluções existem.

Se sabemos que são diversas as causas que levaram ao nível falimentar do sistema previdenciário, há que, desde agora, evidenciar algumas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos desconhecer que o sistema se embasa no triângulo Governo, empregador e empregado. Eis aí o tripé, eis o triângulo em que se baseia todo o sistema previdenciário: Governo, empregador e trabalhador.

E como primeiro, o Governo, está corroído, desordenado, desequilibrado, desconjuntado, todos sofremos as consequências.

E para tratar do doentio corpo governamental, não bastam tratamentos de emergência, como querem alguns, tal qual os primeiros socorros. Há que se fazer uma importante cirurgia.

É preciso estirpar o que está corroído. Mudar o que não serve mais. Por conseguinte, o remédio para a extremamente deficitária saúde da previdência é mudar o tipo de proposta e ação, levado pelo Governo neste setor, e isto só é possível, mudando os que praticam a ação, os Ministros; e os que formulam as propostas, o Governo como um todo, inclusive, na sua filosofia geral.

Sem mudar a proposta não se muda a ação, e vice-versa. A ação é posta em prática pelos Ministros, a proposta de um governo que é sustentado pelos vereadores, pelos deputados, pelos prefeitos e pelos senadores e governadores do PDS.

Portanto, cada vereador, cada deputado, cada prefeito, cada governador do PDS, é avalista do Governo. E, portanto, co-responsáveis pela situação da Previdência, como são co-responsáveis por tudo o que acontece por parte deste Governo.

Não há dúvida principalmente, num País como o nosso em que existe um partido para servir o Governo, mas que o Governo, muitas vezes, não se serve dele.

A prova está aí, agora, a ameaça de, por decreto, se decidir a questão previdenciária do País.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos colocar as coisas em seus lugares. E por esta razão temos que repetir, tão responsável como Delfim Neto pela situação, Jair Soares pelo sistema previdenciário, são os governantes deste País, começando por Brasília, pelo Presidente da República, passando pelos governos de Estado e chegando ao vereador. Porque, na época da eleição, é o vereador do PDS, é o deputado do PDS, o deputado federal do PDS, o governador do PDS que reúnem os instrumentos de sustentação de poder. Eles são tão responsáveis, definitivamente, quanto o governo lá em cima.

Mas, o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que não faltaram alertas, críticas, propostas alternativas, não faltaram modificações estruturais sugeridas, para que, alterando substancialmente o sistema previdenciário e de saúde, pudéssemos evitar o que hoje ocorre. E até dentro do próprio Governo, surgiram estudos apontadores das dificuldades e desacertos, mas ignorados pela ação do próprio Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda ontem ouvíamos, aqui, por parte do nosso companheiro Darcy Deitos, uma das facelas do desvirtuamento e desequilíbrio que hoje está inserido o sistema previdenciário do País, quando, entre outras coisas, provou e argumentou, de que um dos principais desvios está exatamente na privatização, na mercantização que a Previdência fez de seus próprios serviços.

Vejam um exemplo, no serviço próprio da Previdência

e Saúde, em 1979, um eletroencefalograma surgia para cada 1.514 consultas. Um apenas, feito no serviço próprio da Previdência. Enquanto que no serviço contratado, vê-se um eletro para cada 107 consultas!

Eis aí o buraco da Presidência, entre outros.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o então Deputado Jair Soares, antes de assumir o Ministério, recebeu uma sugestão do Banco Mundial para se conferir prioridades não ao tratamento curativo mas, sim ao tratamento preventivo. E isso também não se fez.

E aí é que os dados são palpáveis e visíveis, Srs. Deputados, quando hoje sabemos que qualquer cidadão que esteja acompanhando verá que o principal gasto com a previdência Social é com auxílio-doença, trinta e oito por cento do seu orçamento são gastos aí, porque temos uma Nação doente, um povo doentio e faminto. E aí está a questão maior do Governo, do poder e da estrutura que o sustenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lógico que também o próprio INAMPS, na síntese de suas atividades de 79 a 81, amplamente distribuída pela sua Coordenadoria de Comunicação Social, toma-se conhecimento de que, em 1980 a Previdência foi responsável por onze milhões e trezentos mil internações hospitalares, das quais, menos de dois por cento foram produzidas diretamente pelo INAMPS - em outras palavras - foram compradas com o dinheiro da taxa de contribuição, com o dinheiro do segurado, noventa e oito por cento dessas internações, no setor privado. E aí, a complementação do buraco da Previdência. Esses números revelam claramente que, o atual modelo de Prestação de Serviços é inviável, pois acarreta uma absoluta distorção das necessidades e da alocação dos recursos.

É por esta razão que eu termino, dizendo: que não é mudando o Ministro Jair Soares, como não é mudando o Ministro Delfim Neto, que nós vamos alterar as questões básicas deste País, nós precisamos mudar o Governo, a proposta e a ação, e isto só se muda, mudando do Presidente da República ao Governo do Estado, passando pela maioria das Casas de Leis.

E aí, Sr. Presidente, por fim, o PMDB acredita que, o atual sistema de contribuição das empresas de previdência, isto está no seu programa, o atual sistema proporcional, não deve continuar. Será preferível que, as empresas paguem um percentual calculado sobre o faturamento, de modo a não onerar as que empregam mais trabalhadores. Seria o trabalho, sobre o capital, mais uma vez.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PTB, se pretende fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre entendi que o Vereador é um dos sustentáculos do regime democrático, é ele o homem que faz política que, no dia a dia sente as dificuldades do povo que representa nas diversas Câmaras Municipais das quais faz parte, e entendo que, aglutinados em associações, enfim, aglutinados para reivindicar junto aos Governos dos diversos Estados, possuem muito mais força. E no Paraná se fundou há alguns anos, a Associação das Câmaras Municipais, aqui no Paraná, e, no dia de hoje estranhemos que, um jornal de grande conceito neste Estado, o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" - não estranhemos que o jornal tenha publicado, mas estranhemos a forma de como o titular da Rádio e Televisão Iguaçu, que trocados seis por meia dúzia quer dizer Editora Estado do Paraná também - o jornal publica, hoje, o seguinte:

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO AUTO DE ARRESTO AO REPRESENTANTE LEGAL DA DEVEDORA

**ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ,
COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.**

**O DOUTOR ACCÁCIO CAMBI – JUIZ DE DIREITO DA
DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ,**

na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, virem ou dele conhecimento tiverem e principalmente ao representante legal da Devedora ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ, que por este Juízo e respectivo Cartório da Décima Quinta Vara Cível, instalada no 6.º andar do edifício MONTEPAR, situado na Av. Cândido de Abreu, n.º 535, se processam os termos de uma AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, sob n.º 65/81, em que a RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tscharnel, n.º 800 - Jardim Mercês - Cidade da Comunicação, nesta Capital, inscrita no CGC/MF. n.º ... 76.600.188/0001-70, neste ato representada pelos seus procuradores os Srs. AMAURI PEREIRA DA SILVA e PLÍNIO ROBERTO DA SILVA, advogados devidamente inscritos na OAB sob n.ºs 4508 e 8360, respectivamente, move contra ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ, estabelecida na Praça Osório, n.º 45 - 1.º andar, portadora do CGC/MF n.º 76.608.895/0001, cuja petição inicial, em síntese, é do teor seguinte: que a Suplicante, através de transações comerciais levadas a efeito com publicações de anúncios comerciais em veículos de divulgação bem como exibição de programa, cessão do equipamento e equipe técnica, com a suplicada, tornou-se credora da importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), débito este representado pelos seguintes documentos: nota promissória n.º 03, no valor de Cr\$ 50.000,00; vencida em 30.09.77; nota promissória n.º 04, no valor de Cr\$ 50.000,00; vencida em 31.10.77; nota promissória n.º 05, no valor de Cr\$ 50.000,00, vencida em 30.11.77, Duplicata n.º 1503-77, no valor de Cr\$ 50.000,00, vencida em 30.09.77, Duplicata n.º 2169/77, no valor de Cr\$ 50.000,00, vencida em 30.11.77 e Duplicata n.º 2540/77, no valor de Cr\$ 50.000,00, vencida em 30.12.77, conforme documentos de fls 7/12 dos autos, que a Suplicada ora executada, foi insistentemente instada a pagar o débito de sua responsabilidade, inclusive através de cartas para a tentativa de cobrança amigável (a que não estava obrigada a formular a exequente), requerendo de que, pague a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), dentro do prazo de 24 horas, ou então nomeie bens à penhora, sob pena de não o fazendo, ser lhe penhorados tantos bens quantos bastem para garantir

a execução, e, após oferecerem embargos, querendo, no prazo legal, sob pena de revelia, e que afinal, seja a execução julgada procedente, com a condenação da executada no pagamento do principal, juros de mora despesas de protesto, honorários na base usual de vinte por cento e demais cominações que às fls 35, o MM, Juiz proferiu o seguinte despacho" . . . CITE-SE, a Devedora ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ, na forma pedida. Para pagamento imediato, arbitro os honorários em dez por cento sobre a dívida. Em 1º de abril de 1981. (as) - ACCÁCIO CAMBI – JUIZ DE DIREITO", que, expedido mandado de citação, o Sr. Oficial de Justiça certificou que deixou de citar a Devedora na pessoa de seu representante legal, em virtude de não o encontrar no referido endereço, onde esteve por várias vezes, estando em lugar incerto e não sabido, arrendando os seguintes bens, conforme auto de arresto de fls 38, lavrado, aos 22.04.81, a saber: uma máquina de escrever marca Olivetti, cor cinza, n.º 122.1987, manual; uma mesa em imbuia, (mesa de reunião), medindo aproximadamente 1,10m x 2,40m; com 6 gavetas, com pés de ferro, medindo aproximadamente 0,80 cm x 1,80 metro; cinco cadeiras em napa preta, estofadas, com pés de madeira; encontrando-se, tais bens, em regular estado de conservação e funcionamento e depositados em mãos do Sr. Fauaz Nakad, empregado da Devedora; que, a Credora, conforme petição de fls 40, requereu a citação por edital, do representante legal da Devedora, tendo o MM Juiz, despachado o seguinte: "J. DEFIRO. CITE-SE, a Devedora, por edital, com o prazo de vinte (20) dias, para os fins do art. 654, do C.P. Civil, publicando-o na forma da lei. Em 4, de junho de 1981. (as.) – ACCÁCIO CAMBI – JUIZ DE DIREITO." Assim é o presente para CITAR a firma Devedora ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de vinte e quatro (24) horas, após decorridos os vinte (20) dias da primeira publicação do presente, pagar a importância de Cr\$... 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS), acrescidos de juros de mora, despesas de protesto, honorários advocatícios e demais cominações legais, sob pena de ser transformado o arresto de fls 38 dos autos, em penhora. Convertido o arresto em penhora, tem a Devedora, o prazo de dez (10) dias para, se quiser, embargar a execução, ficando ciente de que, não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela Credora. Este edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e um.

Eu (Ass. ilegível) (GILMAR ANTÔNIO PAVOLAK), escrevente juramentado, que a datilografei e subscrevi.

ACÁCIO CAMBI
Juiz de Direito

Em função disso, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa, requerimento constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador, envio de mensagem, propondo abertura de crédito especial.

Somente isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Com a palavra o nobre Líder, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes ocupou a tribuna o nobre Deputado Nilso Sguarezi, que fez um libelo terrível contra o Governo Federal, e apesar de não concordar com as suas colocações, concordo que ele diga o que sente, porque isto aqui é uma Casa do povo, é um fórum de debates e da discussão nasce a luz, é evidente que o nobre Deputado está exercendo o seu papel de legislador e de representante de um segmento do povo paranaense.

Mas anotei um instante do seu pronunciamento quando ele se referia a ida do Ministro Mário Andreazza a Belém do Pará, para tentar trazer ao aprisco, uma ovelha desgarrada que é o Governador do Pará. Trazer de volta ao PDS, quem está em divergência com o Senador Jarbas Passarinho naquele Estado e ele criticava acidamente esse gesto do Ministro Andreazza, dizendo que os homens do Governo tinham perdido o padrão ético de comportamento, que deve imperar em todos os homens públicos.

Estou de acordo com o Deputado Nilso Sguarezi, os homens públicos têm que ter um padrão ético de comportamento, principalmente os legisladores, os representantes do povo em qualquer casa legislativa. Desde a mais humilde Câmara Municipal até o Congresso Nacional.

Os Anais desta Casa estão enriquecidos com grandes paranaenses que sentaram nesta Casa de Leis. E eu, quando moço ainda, acompanhava sempre os debates da Assembléia Legislativa do Paraná, e tenho orgulho de parlamentares que tinham um poder ético verdadeiramente invejável, e que nós temos pelo menos a obrigação de tentar imitá-los para que os Anais da Casa continuem enriquecidos, quando forem compulsados pelas gerações futuras, pelos jovens, por aqueles que pretendem ingressar na vida política, para que possam também sentir orgulho dos parlamentares com assento nesta Casa.

Lamentavelmente, o Deputado Malaguido, Fiorio Malaguido, não tem este padrão ético de comportamento, porque anteontem, ao referir-se ao Governador Ney Braga, um dos grandes líderes políticos deste Estado, político amado pelo povo do Paraná, porque a este Estado dedicou parte de sua vida. Não quero aqui analisar o homem, a figura humana de Ney Braga, mas analisá-lo como: Prefeito de Curitiba, Governador duas vezes, Ministro duas vezes, Senador da República e Deputado Federal, sempre teve um comportamento ético, sempre teve uma atuação destacada em favor do povo do Paraná, em favor da gente e dos interesses paranaenses.

Erros, cometeu, quem não os comete na vida pública. Agora, não pode um Deputado dizer que ele é um "cadáver que está em cima do muro em sepulcro" quer dizer, isto não é falta de ética, não é fugir a um padrão de comportamento, é falta de vergonha na cara. Um Deputado precisa ter vergonha

na cara, precisa saber que ele representa aqui a comunidade do Paraná, que não pode agredir a figura de um Governador. Hoje, ele dá nova demonstração de falta de ética, de mal comportamento.

O Deputado Malaguido, afirmou categoricamente da sua tribuna, que o Presidente do Banco do Estado do Paraná é corrupto, porque com editais, com diabo a quatro ele comprou o jornal, quer dizer, leu uma acusação de um jornal mas, não teve a ética de comportamento para ler o desmentido que está aqui: "Hoje, Foz esclarece", a propósito de matéria vinculada por este jornal em sua edição passada "que é a edição a que se referiu o Deputado Malaguido", envio a seguinte nota de esclarecimento: Sr. Diretor, tomamos a liberdade de nos dirigir a Vossa Senhoria para prestar esclarecimentos e pedir a devida divulgação sobre a matéria publicada na página 3 da sua edição número 201, em que são feitas referências a nossa editora "Hoje Foz Limitada." Primeiro: a carta de crédito da fotocópia estampada da sub-chefia da Comunicação Social, dirigida ao Banco do Estado do Paraná S.A., sob o n.º 68/80, é de 11 de março de 80, época em que eram os únicos cotistas desta editora os Srs. Rosalvo Tavares da Silva, João Adelino de Souza e Roselmo Tavares da Silva, conforme contrato arquivado na junta Comercial do Paraná sob número tal...tal...tal..., que vigorou até o dia 10 de outubro de 80. Quando a referida junta arquivou a primeira alteração contratual de 28 de agosto de 80, sob os números 251 e 256.

O original da referida carta, foi devolvido pelo BANESTADO à sub-chefia de comunicação social, onde se encontra arquivado - e pode o nobre Deputado ir lá, para ver se ela foi utilizada. Não foi. Foi devolvida e está lá arquivada. Tendo o banco feito nenhuma operação de crédito a favor desta Editora, com base na referida carta. Aliás, a partir daquela data e até hoje a nossa empresa, não teve qualquer operação de crédito, financiamento ou empréstimo do Banco do Estado do Paraná.

Segundo, a alteração contratual em parte reproduzida em seu jornal é de 28 de agosto de 1980, data em que passaram a integrar a empresa os novos sócios quotistas, em substituição aos mencionados no item primeiro.

Terceiro: Os Srs. Leocádio Duarte, Jucundino da Silva Furtado, Oscar Alves e Carlos de Munhoz Furtado, que haviam adquirido parte das quotas de Rosalvo, de Adelino e de Roselmo, em 28 de agosto de 1980, não pertencem atualmente ao nosso quadro de sócios, sendo que o primeiro se retirou da sociedade, na segunda alteração contratual de 30 de dezembro de 1980. E os demais se retiraram na terceira alteração contratual de 81.

A propósito da aceitação de anúncios e de matéria paga, o jornal "Folha do oeste do Paraná", é por nós editado tal como lhe faculta a lei e de acordo com o objetivo social de nossa empresa. Divulgando anúncios, informações ou notícias de empresas particulares e públicas, de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Ou mesmo de empresas físicas, pois somos uma empresa gráfica e editora legalmente constituída, que se sente honrada com a preferência de seus anunciantes e clientes.

Certos de que Vossa Senhoria haverá de compreender, etc., está aqui publicada a retificação, que por falta de padrão ético de comportamento, o nobre Deputado Malaguido, não procedeu a leitura.

Quer dizer, acusa, joga a honra dos outros, ao tapete mas não tem a compostura de ler a justificação. Quer dizer, contra isso que nos insurgimos. Admitamos que fossem ainda sócios quotistas do mencionado jornal, o Sr. Jucundino da Silva Furtado e Oscar Alves. É um direito que lhes assegura a Constituição no livre exercício do comércio que não há nenhum impedimento legal pelo fato de o cidadão ser Secretário de Estado ou Diretor de Banco, de exercer uma atividade co-

mercial, industrial ou empresarial. Seria negar-lhe aquilo que o nobre Deputado Fiori Luiz Malaguido sempre defende nesta Casa, que é a abertura democrática, é o reconhecimento do direito de cada cidadão, a igualdade de cada cidadão perante a lei.

Admitamos que eles fossem, desde que os preços fossem iguais aos vigentes, no setor de comunicações, desde que o negócio fosse legítimo, não haveria nenhum desdouro no fato.

Entretanto foi uma experiência mal sucedida no ramo da imprensa das mencionadas pessoas que desistiram do negócio, venderam, está lá o contrato arquivado na Junta Comercial.

Estas explicações eu quis dar a Casa, porque acho que antes de se acusar alguém, deve-se ter certeza. Porque a honra de uma pessoa é como um balde d'água. Se colocam 10 litros de água dentro de um recipiente, se esse recipiente for entornado, embora se enxugue rapidamente, se torça o pano vão se recolher apenas 7 ou 8 litros, dois ou três litros ficam perdidos. Assim é a honra de um homem. Quando chega um irresponsável, vai à tribuna e acusa sem ter provas, sempre fica um resquício na honra de um cidadão.

Estas as explicações, Sr. Presidente, que eu queria dar a Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 07/81, (Mens. Govern. n.º 05/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão

urbana nas sedes dos referidos municípios.—

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Augusto Sobrinho, ocorrido em Campo Largo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Luiza Mercedes Pereira Leão, ocorrido em New York.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Renato Comanduli, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU BINACIONAL, Furnas - Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS.— Aprovado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

5 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.